



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

Prestação de Contas do Exercício 2019

1. Aspectos Introdutórios e Conceituais

A obrigatoriedade de prestar contas está expressa no parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a sua fiscalização será exercida pelo Controle Externo e pelo Sistema de Controle Interno de cada poder. A previsão constitucional do instituto da prestação de contas dá a exata dimensão de sua importância, representando um dos principais instrumentos de accountability do uso de recursos públicos junto à sociedade. Para seu funcionamento, os Órgãos Públicos são financiados pela sociedade, o que torna os cidadãos os principais beneficiários dos resultados a serem gerados pela sua atuação. “Art. 70. *omissis*. Parágrafo único CF/88 - *Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.* [*\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)*](#)”

A Controladoria Geral do Município pode ser considerada como um dos principais órgãos da conjuntura municipal, uma vez que é responsável pela fiscalização das contas do Município, contribuindo para que os recursos disponíveis do ente sejam utilizados da melhor forma possível. Conforme estabelecido nos ditames do art. 74 da Constituição Federal de 1988 há a necessidade de criação do Controle Interno, em cada esfera de governo, possuindo atuação independente, conforme reconhecido pelo próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. O mecanismo de Controle Interno faz parte da Administração, subordina-se ao Administrador, tendo por função acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter **sugestivo, preventivo ou corretivamente**, as ações a serem desempenhadas com vistas ao atendimento da legislação pertinente.

Os controles internos, operados de forma coordenada e sistêmica, constituem o Sistema de Controle Interno preconizado no art. 31 da Carta Constitucional, traduzindo-se numa rede de informações destinadas a dar suporte ao administrador público para a tomada de decisões de cunho gerencial.

A função deste trabalho é orientar e demonstrar o controle da gestão dos recursos públicos em benefício da **sociedade**. Tem como objetivo final apresentar os procedimentos essenciais para o efetivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

funcionamento do Controle Interno, necessário para nortear as ações de controle, bem como para formalização do Relatório de Atividades a ser apresentado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Entendemos que o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização, controle e a capacitação e qualificação dos servidores que atuam nestes controles, representa uma importante revolução própria dos nossos avanços republicanos. Neste laudo, desenvolvido para atender a egrégia Corte de Contas Mineira (TCEMG) e para informar aos mais simples cidadãos, que a controladoria vem assumindo um papel importante no sentido orientador neste Município, e – dentro das suas limitações técnicas, hierárquicas e de logística – buscou atender as exigências legais e do TCEMG. Conforme publicado pela Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do TCE MG, um dos pilares da atual gestão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais é o fortalecimento do **controle interno** dos municípios mineiros. Para isso, foi criado o Projeto “Sob Controle”, que visa fomentar o aprimoramento do controle interno para ampliar os resultados à sociedade.

Ações pedagógicas e de capacitação estão sendo implementadas pelo Tribunal para os controladores dos municípios, por meio da Escola de Contas. Dentre essas ações, está o curso “Elaboração do Plano Anual de Auditoria”, Autor Alex Lopes de Freitas. Ao tomar conhecimento deste importante processo de capacitação e investimento, efetuei a inscrição e participei com muita satisfação, e após a conclusão obtive uma ótima pontuação de nota. Fiquei muito feliz e motivado com este e demais cursos disponibilizados, e como antes não tinha conhecimento de como elaborar o Plano Anual de Auditoria do meu Município, agora me sinto capaz de elaborar este importante instrumento de Auditoria Interna que tem como função demonstrar os procedimentos e metodologia dos trabalhos de fiscalização em um determinado exercício. *Nestes termos, manifestamos para que a egrégia Corte de Contas invista continuamente em capacitação específica para os profissionais dos Órgãos de Controle Interno Municipais, principalmente para cada área pública de atuação, objetivando a qualificação profissional que é a preparação para aprimorar suas habilidades e especializar-se em determinadas áreas, executar da melhor forma suas atribuições e controles, conseqüentemente promovendo ações orientadoras e fiscalizadoras mais contemporâneas e assertivas, aprimorando e melhorando assim o apoio ao Controle Externo no exercício de sua missão institucional.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

A institucionalização e implementação do Sistema de Controle Interno não é somente uma exigência das Constituições Federal e Estadual, mas também uma oportunidade para dotar a administração pública de mecanismos que assegurem, entre outros aspectos, o cumprimento das exigências legais, a proteção de seu patrimônio e a otimização na aplicação dos recursos públicos, garantindo maior tranquilidade aos gestores e melhores resultados à sociedade.

O Sistema do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Conquista - MG foi instituído pela Lei Municipal nº. 1022 de 29 de setembro de 2011, sua atuação independente vem contribuindo para que o Município de Conquista alcance os mandamentos Constitucionais fixados no *caput* do seu artigo 37: **moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência.**

O objetivo principal do Controle Interno é o de possuir ação preventiva antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, principalmente o art. 37, seus incisos e parágrafos.

Nos termos dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal; artigos 59 da Lei Complementar nº 101; artigo 232 c/c 236 e 237 do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Contas de Minas Gerais (Resolução 012/2008); em atendimento ao disposto da Instrução Normativa nº. **04/2017** de 29.11.2017 do TCE/MG; na Lei Orgânica deste Município, combinados com os artigos 75 *usque* 80 da Lei Federal nº. 4.320; de 17 de março de 1964; apresenta-se o **RELATORIO ANUAL DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**, parte integrante da Prestação Geral de Contas através do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), **referente ao exercício de 2019.**

A Controladoria Interna, com objetivo de cumprir as suas atribuições, vem estabelecendo através de Instruções Normativas, normas a serem executadas pelos setores integrantes da Administração, objetivando o controle eficiente, transparente e a fiscalização das ações do governo municipal. Temos conhecimento da Decisão Normativa nº. 02/2016 de 26.10.2016, publicada em 07/11/2016 no Diário das Contas do TCE-MG, e apesar de todas as dificuldades e complexidades enfrentadas também no exercício **2019**, tomamos medidas Administrativas para instituição, e estamos em fase de adequação das Instruções Normativas obrigatórias em diversas áreas da Administração atual. Até a presente data foram instituídas normas de procedimentos para o **Departamento de Transporte IN 01/2018, Setor de Compras IN**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

02/2018, Cadastro de Fornecedores IN 03/2018, Almoxarifado IN 04/2018, Patrimônio IN 05/2018, Contratos Aditivos e Pagamentos IN 06/2018, Obras e Serviços de Engenharia IN 07/2019 e Licitações IN 08/2019, sendo todas publicadas e disponíveis no endereço eletrônico <http://www.conquista.mg.gov.br/controladoria/instrucoes-normativas-da-controladoria>, Web Portal desta Prefeitura. Esclarecemos que reconhecemos que muitos outros Setores ainda precisam serem Normatizados, assim tomo aqui a liberdade de sugerir ao TCEMG a disponibilização no canal direto de interação entre o controle externo e o controle interno **“modelos de Instruções Normativas”** nas diversas áreas de atuação para serem utilizadas pelos controles internos das Prefeituras e Câmaras do Estado de Minas Gerais. Pois este importante meio de comunicação, tem por objetivo o fortalecimento das ações promovidas pelas Controladorias, a melhoria da qualidade da gestão pública e o atendimento aos anseios da sociedade por uma gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos.

2. Análise Técnica nas Licitações

A exigência de licitação está em consonância com os princípios da legalidade e moralidade, pois permite a igualdade de competição entre os particulares e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, cumprindo assim com a sua finalidade última que é o interesse público. Qualquer burla a esse procedimento, de cunho constitucional, é um ato ilegal, mesmo que não ocorra efetiva lesão aos cofres públicos.

Em todas as licitações para aquisições de bens e/ou serviços comuns, o Poder Executivo adotou Pregão Presencial, e sempre que possível foi utilizado o Pregão Eletrônico com a finalidade de alcançar o maior número de licitantes em potencial, observando sempre, porém, eventuais dificuldades operacionais. Objetivando a promoção e o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a Administração vem estabelecendo nos editais de licitações tratamento diferenciado e simplificado para as ME e EPP em observância às determinações impostas pelas Lei Complementar nº. 123/2006 alterada pela LC nº. 147/2014, uma vez que, por regra, o Ente também vem desenvolvendo uma política ética e impessoal de incrementar os chamamentos aos comerciantes do Município para os certames. Em observância ao artigo 15 da Lei 8.666/93 sempre que possível todas as compras estão sendo processadas através do **Sistema de Registro de Preços**, regulamentado pelo Decreto Municipal de Registro de Preços nº 2.511 de 02 de abril de 2018. A Administração vem formalizando Termos de Referência/Projeto Básico de acordo com a **Instrução Normativa de Compras nº. 002/2018 e Instrução Normativa de Obras e**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Serviços de Engenharia nº. 007/2019, espelhando os instrumentos de convocação (Editais) em conformidade com o disposto no artigo 5º-A. da **Lei 8.666/93**, bem como observância ao cumprimento da Lei Complementar nº. 147/2014 especialmente os artigos 43, e 47 c/c 48 aonde estabelece que: *nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as **microempresas e empresas de pequeno porte** objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.* **O Registro de Preços através Pregão vem se mostrando eficiente para a redução dos custos do Poder Público.** (grifo da controlaria)

Através da instituição das **Instruções Normativa nº 002/2018 e nº. 006/2018** as atividades a serem executadas pelo **Departamento de Compras** abrangeu todos os processos internos de compras, que vão desde a elaboração da pesquisa de mercado e projeto básico ou termo de referência até a **formalização dos instrumentos contratuais e/ou atas de registro de preços**. A **Instrução Normativa 008/2019** passou a regular os procedimentos específicos de Licitações, objetivando estabelecer a padronização e, ampliar e integrar a fiscalização do Sistema de Controle Interno. A **Instrução Normativa nº 006/2018** estabelece normas para a execução, gestão, fiscalização, alteração e pagamento dos Contratos Administrativos, Atas de Registro de Preços ou instrumentos equivalentes no âmbito municipal.

A Unidade de Controle Interno possui nomeado um Supervisor de Controle Interno que atua diretamente em fiscalização, suporte, orientação, emissão de Pareceres técnicos e atualização de todos os procedimentos de compras e licitações, além dos dispensados e inexigíveis, fiscalização dos contratos e instrumentos correlatos deste município. Um dos maiores problemas enfrentados pela Administração é que, apesar da vigência de uma Instrução Normativa específica para Compras (002/2018), sempre há dificuldade por parte do departamento de compras em conseguir e realizar pesquisas de preços, uma vez que, quando há a tentativa de fazer cotações diretamente com empresas dos ramos afins, nem todas fornecem ou tem interesse de participar, o que muitas vezes atrasa e prejudica o andamento dos processos e dos trabalhos da Administração. Com o objetivo de agilizar e ampliar os meios de pesquisa de preços a Administração atual contratou um Sistema de Banco de Preços que vem contribuindo para o andamento dos processos de compras. Além disso, tem contribuído de forma satisfatória o Banco de Preços do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Determinamos que, nem o Banco de Preços Contratado e nem o do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais devem ser utilizados como únicos parâmetros de pesquisas, devendo o Departamento de Compras utilizar diversos meios de cotações, principalmente locais e regionais. O **Banco**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

de Preços disponibilizado pelo TCE/MG, é uma importante iniciativa da Corte na disponibilização de uma ferramenta de dados e informações agregadas, acerca da análise e consulta dos preços praticados nas aquisições realizadas pelos Órgãos Públicos no âmbito do Estado. O mesmo além de facilitar e agilizar os trabalhos, estabelece o preço médio, mínimo e máximo, bem como a mediana, a moda, o desvio padrão e a amplitude interquartil para os itens pesquisados dentro do limite territorial, demonstrando ainda maior transparência, controle e eficiência nas compras públicas.

Outra questão muito importante que gostaria de comunicar ao Tribunal de Contas é a dificuldade e insegurança que a Administração vem tendo em licitar e efetuar a aquisição de compras de PECAS para a manutenção de veículos e máquinas da frota municipal. As licitações estão sendo realizadas semelhantes ao próprio critério utilizado pelo TCE MG, sendo “maior desconto por item de cada peça Original ou Genuína constante na Tabela Oficial de Preços fornecida pela Montadora/Fabricante”. Ocorre que essas “Tabela” são apresentadas junto da proposta dos licitantes e a Administração não está encontrando mecanismos para verificar a autenticidade/procedência das mesmas tendo em vista que nem os fabricantes de cada marca, nem as montadoras fornecem, e nem vendem essas tabelas para a Prefeitura. Para minimizar o risco de adquirir peças e acessórios acima do preço de mercado estamos procedendo de forma que primeiramente solicitamos a cotação do detentor da Ata com o devido desconto, e antes efetuar a compra, o Departamento de Compras solicita mais orçamentos de mercado inclusive na concessionária ou revendedor oficial da marca, caso o vencedor da licitação não conseguir abaixar o preço é exigido a desistência para que Administração compre fora da Ata de Preços Registrado, porém esse procedimento demanda sempre muito tempo o que atrasa mais ainda as aquisições. Na maioria das vezes eles abaixam o valor para vencer as cotações, porém se a Administração não toma essa providência, adquire mercadoria acima do preço de mercado mesmo licitado. Portanto, atualmente investido no Cargo de Controlador Interno desta Prefeitura gostaria de sugerir ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que providencie junto aos demais Órgãos Oficiais um estudo para estabelecer uma forma legal e segura exclusiva para aquisição de Peças e Acessórios destinados à veículos pertencentes aos Órgão Públicos, pois mesmo que já haja o banco de preço do TCEMG, para esse caso o mesmo não é específico e eficiente devido a complexidade e alta quantidade de peças existentes em cada marca, tornando impossível verificar corretamente o código e a especificação de cada peça. Talvez seria o caso da criação obrigatória de um Sistema de Preço máximo para compra de órgãos públicos, a nível pelo ao menos Estadual (MG) integrado com todas as montadoras/fabricantes, pois aos nossos olhares técnicos pode estar havendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

uma máfia na comercialização dessas mercadorias dentro do Estado de Minas Gerais. (grifo da controladoria)

Pois bem, dando continuidade, através da **Requisição de Compras e Serviços** simplificada nos casos de compras por Dispensa, e o **Termo de Referência completo/Projeto Básico** passou-se a assegurar a correta elaboração dos **instrumentos convocatórios** (Editais), contendo dados como: data, *protocolo, objeto, descrição detalhada, justificativa da aquisição ou prestação dos serviços, prazo de execução ou vigência do contrato, local de entrega, condições de prestação dos serviços ou fornecimento, amostra quando for o caso, garantia dos produtos/equipamentos se necessário, documentação exigida, número da solicitação no sistema, forma e prazo de pagamento, correta dotação orçamentária até o Subelemento, disponibilidade financeira, origem dos recursos, qualidades dos produtos e serviços a serem contratados, definição do Gestor e o Fiscal do Contrato ou Ata, ordenador de despesa, etc.*

O “poder” do Pregoeiro é muito robusto, ele deve receber dos demais setores da Prefeitura **detalhes** completos para a elaboração correta dos Instrumentos convocatórios (Editais) de todos os processos licitatórios. Após a implantação deste documento estamos percebendo o avanço na feitura dos processos, o que garante a busca da economicidade, uma proteção maior ao interesse público e segurança para que a Administração contrate de acordo com as necessidades.

A Controladoria através da Supervisão de Controle Interno vem analisando todos processos licitatórios que chegaram ao nosso conhecimento do **exercício financeiro de 2019** e, quando necessário, consultamos a Consultoria Especializada contratada pela Administração e a AMM Associação Mineira de Municípios a qual mantemos convênio firmado, pois temos uma pasta em arquivo nesta controladoria com todas as consultas e pareceres emitidos por esses setores, e estamos sempre buscando informações nas súmulas, consultas e jurisprudências emitidas pela egrégia corte de contas TCE-MG. Além disso, com a finalidade de manter-se atualizada, a Controladoria buscou realizar durante o exercício a qualificação profissional dos servidores que a compõe através de instituições renomadas, como a Associação Mineira de Municípios AMM-MG, AMVALE, AMVAP, LIBERTAS AUDITORES E CONSULTORES e no próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Foi nomeado um Supervisor de Controle Interno exclusivamente para acompanhar, fiscalizar e emitir Parecer Técnico em todos os processos licitatórios deste Ente Público.

Os processos que chegam ao nosso conhecimento muitas vezes são detectados vícios e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

irregularidades formais, tais como: falta de assinaturas, falta de documentos, erros de português, erros de digitação nas quantidades ou especificações, erro de soma, multiplicação, numeração das páginas, ilegibilidade de documentos, informações contraditórias em termos de referências, minutas de editais, contratos ou atas, perca dos prazos estabelecidos nas normas de controle interno e etc., mas que procuramos orientar e apontar nos Pareceres Técnicos, sempre que possível, de forma prévia e concomitante para que fossem sanados tais vícios antes da publicação ou da homologação dos processos. Orientamos também para que em todos os processos licitatórios sejam anexadas cópias de todos os comprovantes da despesa com a respectiva numeração sequencial.

3. Determinações Legais

Lei Federal 4.320/64, artigo 75:

Art. 75 : (...)

Analisaremos o artigo 75 da Lei 4.320/64.

I – “a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;”

A Lei 4.320/64 dispõe que o controle da execução do orçamento atuará sobre a legalidade dos atos praticados pelos gestores, sobre a fidelidade funcional dos agentes da administração e sobre o cumprimento do programa de trabalho previsto para o exercício financeiro.

Através de acompanhamento dos documentos contábeis, o Controle Interno dentro das suas limitações técnicas, observou a legalidade dos atos que geraram receitas, em conformidade com os ditames contidos nos artigos 11 a 14 da LC 101/00. Dentro deste exercício 2019 houve um relevante aumento da Receita Tributária (+26,92%) se comparar com o exercício anterior 2018. Na Receita Tributária percebemos um bom aumento no IPTU, IRRF, ITBI, ISSQN e nas TAXAS. Nas Transferências Correntes apesar da queda de algumas receitas vinculadas e também do IPVA e IPI, houve aumento relevante do (FPM +8,86%), (ICMS +20,99%), (CFRH +79,77%) e (FUNDEB +70,72%). No caso do **ITR em 2019 houve majoração de 144,72% em comparação ao exercício 2018**. A Administração atual ao tomar conhecimento da Instrução Normativa nº. 1.877/2019 da Receita Federal do Brasil, providenciou um procedimento licitatório



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

e contratou através de licitação uma empresa especializada com profissional habilitado no CONFEA, objetivando a avaliação do VTN Valor da Terra Nua para o exercício, e através do Laudo Técnico de Avaliação emitido pela empresa foi feita a atualização do VTN. O laudo se encontra disponível no endereço eletrônico da Prefeitura http://www.conquista.mg.gov.br/sites/default/files/avaliacao_vtn_conquista_mg_-_mcddef.pdf - assinado.pdf.

Conforme dados apresentados pela AMM-MG a Dívida do Estado de Minas Gerais com este Município de Conquista/MG atualizada em 05/11/2019 totalizou o montante de R\$ 4.143.561,56, oriunda dos repasses do ICMS, FUNDEB, Saúde, IPVA, Piso Mineiro e Transporte Escolar. Se compararmos o total geral da Receita (corrente + capital), em 2019 foi **maior** em 23,31% que o exercício 2018.

Em se tratando de despesa pública é importante mencionar que orçamento público é um instrumento de planejamento e execução das finanças públicas. O conceito está intimamente ligado à previsão das Receitas e à fixação das Despesas públicas. Planejamento é o conjunto previamente ordenado de ações com a finalidade de alcançar posições futuras desejadas. “Planejar é decidir com antecedência o que fazer, como fazê-lo, quando fazê-lo, e quem deve fazê-lo”. **Durante o exercício 2019 verifica-se que a execução da despesa empenhada ficou 1,78% acima da fixada para o exercício. A administração utilizou o superávit financeiro no Balanço Patrimonial do exercício anterior para abertura de créditos adicionais. Diante de várias dúvidas de como utilizar as fontes de recursos por parte do Setor Contábil e pelas Secretárias e Gestores, “ad cautelam”, a administração contratou a empresa - *Libertas Auditores & Consultores* - empresa especializada para Auditar e apontar a correta apuração do *Superávit Financeiro Fonte de Recurso* referente aos exercícios 2016, 2017, 2018 e até a competência de julho de 2019.**

A partir da conclusão deste trabalho de viés pedagógico, concluído em outubro/2019, e com a emissão de um Relatório Técnico de Auditoria e Parecer Técnico, diagnosticando as Gestões Orçamentária e Financeira do Município de Conquista Minas Gerais, tecnicamente e independente buscou-se mitigar a insegurança legal que alcançava a Administração Municipal, ao se dimensionar corretamente as “*Fontes de Recursos*” para as alterações orçamentárias demandadas no Poder Executivo de Conquista. (grifamos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Outra questão importante que sempre orientamos através da Controladoria, é que todas as vezes que for necessário a suplementação e anulação orçamentária deve o Setor competente (empenho/contabilidade) solicitar formalmente ao Secretário ou Gestor responsável pela unidade da despesa de qual dotação (classificação funcional programática), deverá ser utilizada o saldo orçamentário, bem como a fonte de recurso ou o código de aplicação que irá suportar a despesa.

III – “o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços”.

A execução dos Programas de Trabalho e do orçamento repete a exigência contida no inciso III, do art. 75, da Lei Federal 4.320/64.

Ao analisarmos os gastos por Função de governo podemos observar que foram aplicados maiores recursos nas áreas Administrativas, Saúde, Educação e Urbanismo.

FUNÇÃO	3 °. Quadrimestre Setembro a Dezembro 2019	% No Quad.	Execução Acumulada no Ano 2019	% No ANO
Legislativa	577.531,97	4,91%	1.539.761,25	5,23%
Judiciária	134.719,88	1,14%	367.942,78	1,25%
Administração	3.294.085,09	27,99%	7.942.368,74	26,95%
Assistência Social	357.966,29	3,04%	786.446,56	2,67%
Saúde	2.777.109,61	23,59%	7.608.211,18	25,82%
Educação	2.512.955,42	21,35%	6.337.107,35	21,51%
Cultura	242.262,70	2,06%	552.238,17	1,87%
Urbanismo	1.346.930,25	11,44%	3.285.297,93	11,15%
Saneamento	50,16	0,00%	50,16	0,00%
Gestão Ambiental	19.548,63	0,17%	31.602,02	0,11%
Agricultura	372.597,44	3,17%	703.486,21	2,39%
Comércio e Serviços	1.600,00	0,01%	5.710,00	0,02%
Transporte	96.465,00	0,82%	207.630,93	0,70%
Desporto e Lazer	36.958,56	0,31%	98.178,94	0,33%
				0,00%
TOTAL GERAL	11.770.781,00	100,00%	29.466.032,22	100,00%

Ao analisarmos os gastos por funções de governo, podemos observar a aplicação na manutenção dos gastos públicos nas áreas acima demonstradas. As funções que o governo aplicou mais recursos em relação ao total executado/liquidado no exercício 2019, foram Administrativa (26,95%), Saúde (25,82%), Educação (21,51%), e Urbanismo (11,15%).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Para todas as despesas licitadas, exigiu-se a confecção de Contratos e/ou Atas de Registro de Preços, conforme exigência na **Lei 8.666/93**, suas posteriores alterações, o **Decreto nº. 9.412/2018** e o disposto na **Lei 10.520/2002**.

4. Instrução Normativa nº. 004/2017 TCE-MG (Poder Executivo)

Em relação às determinações para o Controle Interno, constantes no artigo. 2º., Anexo I da **Instrução Normativa nº. 04 de 2017**, (Chefe do Poder Executivo Municipal). Devemos informar:

Anexo 1: Anexo da Instrução Normativa nº. 04/2017

1.1) – CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE ORÇAMENTÁRIA;

A Lei Municipal nº. **1.193/2017 (PPA)** estabeleceu para o quadriênio 2018 a 2021 as Diretrizes, Ações, Objetivos e Metas por Programas do Plano Plurianual. Esta lei institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio supracitado em cumprimento ao disposto no art.165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes, e nas despesas de duração continuada.

O Órgão de Controle Interno considera que a execução atingiu em grande parte os programas e ações previstos no PPA e na LOA, dentro das possibilidades e disponibilidades financeiras da Administração.

Em relação às metas estabelecidas na **Lei de Diretrizes Orçamentária 2019** criada através da Lei nº. **1.223/2018**, podemos dizer que foram atingidas grande parte das metas previstas para o exercício em análise.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS – EXERCÍCIO 2019						
	REALIZAÇÃO			VALOR (R\$)		%
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E LDO/LOA	SIM	NÃO	Parcial	PREVISTO Atualizado (R\$)	REALIZADO Liquidado em 2019 (R\$)	
Programa – 0001 Operações Especiais	X			160.500,00	145.040,79	90,37%
Programa – 0002 Poder Legislativo			X	1.752.965,19	1.539.761,25	87,84%
Programa – 0003 Gestão Administrativa	X			7.032.502,80	6.312.581,76	89,76%
Programa – 0004 Esporte de Participação, Rendimento e Educativo			X	451.200,00	355.059,92	78,69%
Programa – 0005 Difusão Cultural			X	838.600,00	710.677,19	84,75%
Programa – 0006 Desenvolvimento do Agronegócio	X			728.437,89	703.486,21	96,57%
Programa – 0007 Defesa da Ordem Jurídica			X	450.600,00	367.942,78	81,66%
Programa – 0008 Educação para Todos			X	7.141.066,77	6.337.107,35	88,74%
Programa – 0009 Saúde ao Alcance de Todos	X			8.454.990,00	7.608.211,18	89,98%
Programa – 0010 Proteção Social			X	1.405.100,00	1.236.634,66	88,01%
Programa – 0011 Iluminação Pública	X			687.766,72	636.300,32	92,52%
Programa – 0012 Habitação, Urbanismo, Infra-estrutura e Estradas			X	4.332.716,09	3.404.042,02	78,57%
Programa – 0013 Gestão Ambiental e Turística			X	207.560,00	109.186,79	52,60%
Programa – 9999 Reserva de Contingência		X		40.000,00	0,00	0,00%
TOTAIS			X	33.684.005,46	29.466.032,22	87,48%



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

O Poder Executivo através da **Controladoria Interna, do Setor de Contabilidade e do Setor Financeiro**, realizou Audiências Públicas nos meses de **maio 2019, setembro 2019 e fevereiro 2020** demonstrando ao Corpo Legislativo da Câmara Municipal e aos Municípes presentes o Desempenho Orçamentário Quadrimestral bem como o cumprimento, avaliação das metas e os limites estabelecidos pela legislação atual, em atendimento ao parágrafo 4º, artigo 9º. da Lei 101/2000 e ao comando no artigo 180 da Lei Orgânica Municipal. Os Relatórios com as orientações e apontamentos se encontram disponível no Portal Web da Prefeitura endereço eletrônico <http://www.conquista.mg.gov.br/controladoria/relatorio-e-audiencias-publicas>.

O cálculo na tabela acima se refere às **despesas liquidadas** no período no montante de **R\$ 29.466.032,22**. As despesas empenhadas atingiram o montante de **R\$ 30.532.614,01**. A diferença entre a empenhada e a liquidada atingiu o valor de **R\$ 1.066.581,79**, sendo este o valor real dos Restos a Pagar NÃO PROCESSADOS. Já os restos a pagar PROCESSADOS perfizeram o montante de **R\$ 117.218,58**.

1.2) – RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL;

A palavra *Compliance*, do verbo em inglês “to comply”, significa cumprimento de **deveres, regras e normas**. Uma empresa em *compliance* estaria em conformidade, seguindo os regulamentos internos e externos, dependendo de todos os seus funcionários para que isso aconteça. Com a edição da Lei 12.846 de 1 de agosto de 2013, a Lei Anticorrupção, também conhecida como Lei da Empresa Limpa, o conceito adquiriu maior abrangência. Não basta a conformidade legal, mas deve haver a integridade, a promoção da ética e valores na contratação com o Poder Público para o enfrentamento e combate à corrupção em todas as suas formas.

A eficiência pode ser definida como: “critério de desempenho; é a otimização dos recursos disponíveis, através da utilização de métodos, técnicas e normas, visando o menor esforço e ao menor custo na execução das tarefas.”

A eficácia, diz respeito ao atingimento de objetivos e metas em busca de alcançar os resultados almejados. A **efetividade** é um conceito fundamental para este Controle Interno, refere-se à



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

preocupação da organização com seu relacionamento externo, sua sobrevivência e atendimento das necessidades Educacionais, Sociais, de Saúde Pública e de Infra-estrutura, pressupondo ainda certo grau de eficiência e eficácia. A efetividade é a medida do impacto dos resultados alcançados sobre a realidade que se buscava alterar. A literatura sobre *accountability*, no Brasil, procura enfatizar a preocupação acerca da eficácia dos mecanismos de controle de fiscalização e punição das ações ilícitas praticadas pelos agentes políticos no exercício de suas funções. Os principais objetivos estabelecidos pela *accountability* estariam relacionados ao controle e fiscalização das decisões políticas através do dever de Prestar Contas.

1.2.1 – Execução Orçamentária

O Controle Interno acompanhou a execução orçamentária, financeira, administrativa e operacional, bem como análise das demonstrações contábeis e registros que deram origem às mesmas (balancetes mensais, notas de empenho e respectivos comprovantes, notas fiscais, demonstrativos financeiros, processos licitatórios e etc).

A Lei Municipal nº. **1.231/2018** (Lei Orçamentária Anual) determinou a previsão anual para as receitas e despesas do exercício **2019**, ficando estabelecidas das seguintes formas:

QUADRO I - COMPARATIVO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

Artigo 13 da Lei Complementar 101/2000

Em R\$

BIMESTR E	META DE ARRECADAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA
1º.	4.800.000,00	5.048.643,76	248.643,76
2º	4.590.000,00	4.654.478,30	64.478,30
3º.	5.130.000,00	5.144.394,47	14.394,47
4º.	4.884.000,00	5.281.763,00	397.763,00
5º.	4.929.000,00	5.029.911,07	100.911,07
6º.	5.667.000,00	6.270.125,27	603.125,27
TOTAL	30.000.000,00	31.429.315,87	1.429.315,87



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

QUADRO II – TABELA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE/COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS EXERCÍCIOS 2018 E 2019.

Tabela

Em R\$

Receitas	Janeiro a Dezembro 2018			Janeiro a Dezembro 2019		
	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %	Previsão Anual (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %
Receitas Correntes	24.745.000,00	25.118.862,18	101,52%	29.375.000,00	30.795.932,69	104,84%
Receitas de Capital	900.000,00	393.775,00	41,54%	625.000,00	633.383,18	101,35%
Total Receita	25.645.000,00	25.512.637,18	99,49%	30.000.000,00	31.429.315,87	104,76%

Despesas	Janeiro a Dezembro 2018			Janeiro a Dezembro 2019		
	Fixação (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %	Fixação (A)	Execução Anual (B)	(B/A)*100 %
Despesas Correntes	21.727.000,00	25.324.665,04	116,56%	26.355.000,00	27.785.580,33	105,43%
Despesa de Capital	3.878.000,00	1.329.228,70	34,28%	3.605.000,00	1.680.451,89	46,62%
Reserva Contingência	40.000,00	0,00		40.000,00	0,00	
Total Despesa	25.645.000,00	26.653.893,74	103,94%	30.000.000,00	29.466.032,22	98,22%
Resultado		-1.141.256,56			+1.963.283,65	

A arrecadação no exercício de 2019 alcançou 104,76% da receita inicialmente prevista para o ano. Já a execução **despesa liquidada** no mesmo período alcançou um índice de 98,22% da despesa inicialmente fixada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

1.2.2 Balanço Orçamentário Exercício 2019.

DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA/DESPESA AUTORIZADA	RECEITA REALIZADA/DESPESA EMPENHADA	DIFERENÇA
Soma das Receitas	30.000.000,00	31.429.315,87	1.429.315,87
Déficit	-	-	-
Total	30.000.000,00	31.429.315,87	1.429.315,87
Soma das Despesas	30.000.000,00	30.532.614,01	532.614,01
Superávit	-	896.701,86	896.701,86
Total	30.000.000,00	31.429.315,87	1.429.315,87

1.2.3 Análise da Receita Fixada/Realizada e Despesa Empenhada/Realizada/Processada:

DISCRIMINAÇÃO	Previsto/ Fixado	Realizado/ Empenhado	Realizado/ Liquidado
Receitas	R\$ 30.000.000,00	R\$ 31.429.315,87	R\$ 31.429.315,87
Despesas	R\$ 30.000.000,00	R\$ 30.532.614,01	R\$ 29.466.032,22

1.2.4 - Avaliação da Gestão Financeira

Em síntese a execução financeira demonstrou equilíbrio no exercício financeiro de 2019, assim processou:

DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA, DESPESA PAGA, SALDO FINANCEIRO E DOS RESTOS A PAGAR CONSOLIDADO COM O LEGISLATIVO EM 31.12.2019.

Exercício	RECEITAS REALIZADA		TOTAL	DESPESAS EXECUTADA PAGA		TOTAL	Diferença	SALDO BANCÁRIO EM 31/08/2019	Entradas Total 2019	Retiradas Total 2019	SALDO Disponível Em 31.12.2019
	Orçament.	EXTRA- ORÇAMENT		Orçament.	EXTRA- ORÇAMENT						
2019											
3º. Quad.	11.300.036,34	1.472.780,14	12.772.816,48	12.048.783,83	1.575.757,76	13.624.541,59	-851.725,11	7.627.172,34	25.065.531,71	25.917.256,82	6.775.447,23
							Saldo em →	31/12/2018			
Acum.	31.429.315,87	3.767.410,01	35.196.725,88	29.348.813,64	4.316.131,8	33.664.945,44	1.531.780,44	5.243.666,79	66.351.285,83	64.819.505,39	6.775.447,23



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTA	VALOR R\$
Banco contas movimento - Prefeitura	4.561.560,00
Banco conta movimento - Câmara	0,00
Banco contas vinculadas - Prefeitura	2.213.887,23
Saldo disponível em 31.12.2019	6.775.447,23

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR EM 31.12.2019

RESTOS A PAGAR	VALOR R\$
Restos a pagar PROCESSADOS - PREFEITURA	117.218,58
Restos a pagar Não Processados - Prefeitura	1.066.581,79
Restos a pagar PROCESSADOS - CÂMARA	0,00
Restos a pagar Não Processados - Câmara	0,00
Total restos a pagar em 31.12.2019	1.183.800,37

A execução financeira apresentou no final do exercício disponibilidade de **R\$ 6.775.447,23**, sendo **R\$ 4.561.560,00** Contas Movimento, **R\$ 2.213.887,23** Contas Vinculadas. Os Restos a Pagar Processados apresentam o montante de **R\$ 117.218,58** e os Não Processados o montante de **R\$ 1.066.581,79**. O montante dos Restos a pagar **não processados** refere-se às despesas que não foram executadas totalmente dentro do exercício, mas que foram contratadas e empenhadas e **vão sendo baixada a Nota de Liquidação conforme boletim de medições das Obras, serviços de Engenharia, confirmação da Secretaria informando que as mercadorias foram entregues ou os serviços foram executados em condições satisfatórias e, estando em conformidade com o processo licitatório e o que estiver estabelecido nos Contratos ou nas Atas de Registro de Preços, devidamente aprovadas pelos Gestores e pelos Fiscais.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

1.2.5 - Gestão Patrimonial

Conforme informado pelo Setor Contábil e pela Secretaria Municipal de Fazenda, a Dívida Ativa no encerramento do exercício totalizou o valor de **R\$ 377.105,33**. Existem também contribuintes em débito com a dívida que já se encontram em protesto em cartório e outros em execução judicial. A Procuradoria nos informou que sobre as execuções fiscais, desde 2017 está sendo recuperados os créditos não prescritos. Primeiramente pela via da execução fiscal, e também foi passado a utilizar a via do protesto para os créditos de pequena monta, visando economia de recursos.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

SALDO ANTERIOR	EMIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCEL.	SALDO ATUAL
2.109.451,56	0,00	0,00	<u>137.069,29</u>	0,00	1.972.382,27

O saldo da Dívida Fundada (dívida de longo prazo – superior a doze meses) em **31/12/2019** foi de **R\$ 1.972.382,27** proveniente de parcelamento com o INSS. Conforme informado pela Procuradoria Municipal em 2018 os Precatórios foram quitados junto a CEPREC e em 2019 não houve ingresso. O valor apresentado na demonstração da Dívida Fundada referente a parcelamentos e confere com a despesa contabilizada no elemento da despesa 4.6.90.71.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatada.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	BAIXA	CANCEL.	Restabelecimento	SALDO FINAL
845.444,13	30.390.311,25	29.759.488,14	1.884.678,23	1.628.609,95	1.220.198,96

Neste quadro demonstra a dívida de Curto Prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

1.2.6 – ALMOXARIFADO

Através da implantação da **Instrução Normativa 004/2018** ficou estabelecido as normas sobre a requisição/protocolo de entrega, recebimento, devolução, armazenamento e saída de materiais dos almoxarifados da Prefeitura Municipal de Conquista/MG. Estamos sempre fazendo orientações aos Almoxarifes de como proceder com controle de estoque eficiente e organizado, orientações sobre o Sistema informatizado que já trabalha integrado com o Sistema do Departamento de Compras, no almoxarifado da saúde orientamos para a não continuidade de emissão de requisição de saídas manuais, pois no sistema dispõe do Protocolo de Entrega integrado ao controle de estoque, sendo este assinado pelo responsável pela retirada, pelo Secretário responsável pelo Almoxarifado e pelo Almoxarife. Fizemos recomendações e orientações que seguem desde a melhor organização, condições de trabalhos, e mais uma vez reiteramos a necessidade de implantação de etiquetas e leitor de código de barras principalmente no Almoxarifado Central e no da Secretaria de Saúde por terem maior movimentação. Sempre orientamos para a restrição do acesso de pessoas que não sejam responsáveis e nem trabalham no local, sendo esta permanência exclusiva do Almoxarife responsável pelo setor, para o controle e organização das Notas Fiscais arquivadas mensalmente e em ordem seqüencial cronológica. Os relatórios de fiscalização e orientação - visitas técnicas realizada por essa controladoria nos Almoxarifados dessa Administração em todos os exercícios se encontram disponíveis em pastas no arquivo deste Setor de Controle Interno.

Lembramos também aos Gestores, que a visita técnica e auditoria deve ser sempre entendida como uma atividade de assessoramento à Administração, de caráter essencialmente preventivo, destinada a agregar valor e a melhorar as operações da entidade, assistindo-a na consecução de seus objetivos mediante uma abordagem sistemática e disciplinada, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle interno. Não estamos medindo esforços para que esta importante Norma de Procedimento instituída seja implantada na íntegra em todos os Almoxarifados da Administração.

1.3) – OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR, BEM COMO DOS LIMITES E DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL;

O Controle Interno conferiu os ditames contidos no art.42 da LC 101/00. Vejamos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

**1.3.1 - Comparativos das disponibilidades Financeiras e dos Restos a Pagar em
31.12.2019:**

1) SALDO EM DISPONIBILIDADE	
CAIXA - Prefeitura	R\$0,00
BANCOS (Contas movimento)	R\$ 4.561.560,00
BANCOS (Contas Vinculadas)	R\$ 2.213.887,23
SOMA	R\$ 6.775.447,23
2) RESTOS A PAGAR INSCRITOS	
DESPESAS PROCESSADAS (Liquidadas)	R\$ 117.218,58
DESPESAS NÃO PROCESSADAS (Não liquidadas)	R\$1.066.581,79
Subtotal (total resto a pagar em 31.12.2019)	R\$1.183.800,37
SOMA/DIFERENÇA (1-2)	R\$ 5.591.646,86
Diferença entre a Disponibilidade Financeira e os Restos a Pagar Processados (Liquidados) em 31.12.2019.....	R\$ 6.658.228,65

1.3.2 -DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR REFERENTE AO EXERCÍCIO 2018

RESTO A PAGAR DE 2018 (empenhos liquidados)	PAGO em 2019 referente a 2018	VALOR A PAGAR DE 2018
650,40	650,40	0,00

A Prefeitura em 31 de Dezembro de 2018 teve um resto a pagar de empenhos processados no valor de R\$ 650,40, os quais foram pagos até 30 de abril o montante de R\$ 650,40. Conforme disposto no **artigo 42 da lei 101/2000**, é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

ACOMPANHAMENTO DO DISPÊNDIO COM PESSOAL

1.3.3 - Demonstrativos Resumidos da Receita Corrente Líquida, (mês de referência dezembro de 2019).

ESPECIFICAÇÕES	Mês de referência DEZEMBRO/2019	%
Receita Tributária	2.992.218,08	9,71%
Receita Patrimonial	229.640,75	0,76%
Transferências Correntes	32.207.720,90	104,58%
Outras Receitas Correntes	506.397,57	1,64%
(-) Dedução Receita pra formação FUNDEB	-5.140.044,61	-16,69%
Receita Corrente Liquida	30.795.932,69	100,00%

1.3.4 - Demonstrativo Resumido da Despesa com Pessoal -
Executivo.

DISCRIMINAÇÃO	MÊS DE REFERENCIA	VALOR ACUMULADO (NO MÊS E NOS ONZE MESES ANTERIORES AO EXERCÍCIO CORRENTE)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	DEZEMBRO 2019	30.795.932,69
GASTOS COM PESSOAL ATIVO DA PREFEITURA (B)		13.570.897,45
PERCENTUAL APLICADO PELA PREFEITURA (B/A)		44,07%

A tabela acima demonstra que a despesa com pessoal no período em referência consumiu **44,07%** da receita corrente líquida arrecadada, ficando abaixo do limite prudencial (51,30%) e abaixo do limite legal máximo (54%), conforme Artigo 19 c/c com o Artigo 20 da lei LRF 101/2000.

NOTA: Em observância ao disposto no Inciso III, Artigo 59 da Lei 101/2000, verificamos que neste TERCEIRO quadrimestre o dispêndio com pessoal se encontra com percentual **ABAIXO** dos 95% (limite prudencial), do limite legal máximo 54% previsto na alínea b, inciso III, art. 20 da Lei 101/2000. A Controladoria emitiu e apresentou ao Gestor Municipal relatórios de acompanhamento mensal do dispêndio com pessoal com emissão de **orientações** durante o exercício **2019** e no mês de dezembro fez a seguinte recomendação/alerta:

Alerta da Controladoria: se a despesa com pessoal exceder 95% (51,30% Limite Prudencial) do limite máximo para o Poder Executivo (54% art. 20, III, b), deverão serem observadas as vedações dispostas no artigo 22 c/c 23 da Lei 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

1.4) - APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, BEM COMO EM AÇÕES E EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOTADAMENTE QUANTO AO VALOR RESIDUAL DE QUE TRATA O ART. 25 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 141 DE 13 DE JANEIRO DE 2012, COM A ESPECIFICAÇÃO DOS ÍNDICES ALCANÇADOS;

1.4.1 - Aplicações Constitucionais no setor de Educação

Artigo 212 da CR/88 c/c com a EC 53/2006.

Lei 9.394/96

IN TCE/MG 013/2008 – IN 01/10 – IN 09/11 – IN 05/2012

Acumulado até Dezembro	Receita Base cálculo	Valor mínimo a aplicar 25%	Valor aplicado	% Percentual
2019	29.200.210,66	7.300.052,67	7.919.370,28	27,12%

Conforme podem ser observados os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino até o mês de Dezembro foi de **27,12%** da receita arrecadada dos impostos e transferências constitucionais, atendendo o disposto no art. 212 CR/88.

No Exercício 2019, de cada R\$ 100,00 oriundos de arrecadação de impostos e transferências constitucionais R\$ 27,12 foram aplicados na manutenção das ações de ensino.

1.4.2 - Aplicações dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB – (CF, ADCT, Art. 60 Incisos I, IV e XII) c/c Emenda Constitucional 53/2006.

Lei 11.494/07

IN TCE/MG 009/2011 – IN 005/2012



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

FUNDEB

Saldo disponível em 31/12/2018	R\$ 22.991,77
TÍTULOS	VALOR acumulado até Dezembro 2019
RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (incluídas aplicações) (A)	R\$ 2.549.483,92
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (B)	R\$ 2.511.477,45
DEPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (C)	R\$ 1.670.447,26
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31/12/2019	R\$ 60.998,24
PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO 60%(C/A)	64,94%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos profissionais do magistério com recursos do **FUNDEB** atingiram o limite de **64,94%** (por cento) da receita arrecadada, sendo que de acordo com a Lei 11.494/07 devem ser aplicados no mínimo 60% com estes profissionais. **Frisa-se que este percentual do FUNDEB somente pode ser aplicado aos profissionais em efetivo exercício de suas atividades na rede pública municipal.**

1.4.3 - Aplicações constitucionais no setor de Saúde

Artigo 198, parágrafo 2º., Inciso III da CR/88 c/c EC 29/2000.

Leis Federais 8.080/90, 8.142/90 e 141/2012.

IN TCE/MG 008/2011 – IN 005/2012

Evidenciamos abaixo quadro de aplicação dos recursos nas ações e serviços Públicos de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

TÍTULOS	VALOR acumulado até Dezembro/2019
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (A)	28.435.452,10
GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS (B)	6.332.657,38
VALOR MÍNIMO A APLICAR (C)	4.265.317,82
PERCENTUAL APLICADO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICO DE SAÚDE (B/A)	22,27%

No Exercício 2019, o Município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde **22,27%** das receitas de impostos e transferências constitucionais.

De cada R\$ 100,00 oriundos da arrecadação de impostos e transferências R\$ 22,27 foram gastos com a manutenção das ações dos serviços públicos de saúde.

1.5) – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS;

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2018	RECEITA DE CAPITAL COM ALIENAÇÃO DE BENS E/OU INDENIZAÇÃO NO EXERCÍCIO 2019, INCLUINDO APLICAÇÕES FINANCEIRAS	DESPESA DE CAPITAL REALIZADA COM RECURSOS DE ALIENAÇÕES DE BENS	SALDO FINANCEIRO A APLICAR EM 2019
R\$ 409.722,40	R\$ 12.581,59	R\$ 0,00	R\$ 422.303,99

No exercício de 2019 a origem dos recursos no valor de R\$ 12.581,59 foram rentabilidades da conta específica – Banco 341 Itaú, Agência 5161, conta bancária 1485-6, nome BCO Itaú – Equipamentos. No exercício 2019 não houve despesa com essa fonte de recurso.

Assim dispõe o artigo 44 da Lei complementar 101/2000 “in verbis”:

Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

1.6) – OBSERVÂNCIA DO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO;

O Município de Conquista atendeu ao disposto no art. 29 – A, da Constituição Federal e efetivou em 2019 o repasse de **R\$ 1.752.965,30** (um milhão, setecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos) para o Legislativo, valor dentro do percentual constante no **Artigo 2º. da Emenda Constitucional 058/2009** (7% sete por cento para Municípios com população de até **100.000 (cem mil habitantes)**). O valor foi apurado em cima da receita base de cálculo do exercício anterior (2018) que atingiu o montante de **R\$ 25.042.361,42. (grifamos)**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA – PARA O EXERCÍCIO 2019	1.752.965,30
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCICIO ANTERIOR)	25.042.361,42
% REPASSE	7%

Os repasses que foram efetuados ao Poder Legislativo durante o exercício **2019**, corresponderam a 7% da Arrecadação do Município no exercício anterior, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional 58/2009. A estimativa mensal de repasse foi de R\$ 146.080,44. Os repasses foram efetuados até o dia 20 de cada mês e, até o dia 20 do mês de Dezembro foram repassados o montante total de **R\$ 1.752.965,30**, observando assim o disposto no inciso II, parágrafo 2º. do artigo 29-A da Carta Magna.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

1.7) – APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS REALIZADA POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO;

Durante o exercício 2019 foram subvencionados o montante de R\$ 231.000,00 para entidades filantrópicas conforme as Leis Municipais nº. 1.234/2018, e o montante de R\$ 306.979,75 em contribuições para entidades e empresas com fins e sem fins lucrativos, conforme Termos de Cooperação, Termos de Fomentos e os convênios firmados com entidades. O Poder Executivo baixou o **Decreto Nº. 2474 de 09 de janeiro de 2018**, que Disciplina os procedimentos administrativos relativos às parcerias entre o Município e as organizações da sociedade civil, nos termos da **Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014**.

COMUNICADO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A título de cientificação à egrégia Corte de Contas do Estado de Minas Gerais, e considerando as determinações impostas nos ditames do parágrafo único do artigo 74 da CRFB/1988, comunica esta Controladoria da Prefeitura Municipal de Conquista - MG ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que chegou ao conhecimento deste Controle Interno através de ofício datado somente em 11/11/2019 pelo CMDCA- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, solicitando a esta Unidade que procedesse junto ao instituto IADHED – Instituto Assistencial de Desenvolvimento Humano Educacional e Desportivo, CNPJ 01.533.786/0001-75, a instauração de Tomada de Contas Especial tendo em vista a ausência de Prestação de Contas por parte desta entidade, referente ao Termo de Fomento nº. 011/2017 celebrado entre o Município de Conquista e a referida instituição em 14.06.2017 no valor de R\$ 25.000,00. Logo esta Controladoria expediu o Ofício nº. 005/2019 datado em 20.11.2019 direcionando ao Presidente do Conselho CMDA e ao Secretário Municipal de Assistência Social responsável pela Unidade Gestora, recomendando e alertando para a **imediata instauração de Tomada de Contas Especial**, objetivando à adoção de medidas necessárias à promoção do integral ressarcimento ao erário nos termos do inciso I, art. 2º. c/c art. 23 da Instrução Normativa 003/2013-TCE MG. Conforme já informado pelo Departamento Jurídico desta Prefeitura, foi instaurada a Tomada de Contas Especial – Processo sob o nº. 001/2019, que se encontra em tramitação interna. Assim que houver o término da fase de investigação e análise interna, esta Controladoria emitirá o relatório do Órgão de Controle Interno contendo a manifestação conclusiva nos termos da IN 003/2013 e comunicará formalmente ao Tribunal de Contas quanto ao resultado do processo, dano ao erário e a responsabilização se caracterizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

1.8) – MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O ATIVO IMOBILIZADO;

A Controladoria instituiu a Instrução Normativa nº. 005/2018 que *"Estabelece normas para tombamento, registro, incorporação, movimentação, doação, controle preservação, inventário, cessão e baixa de bens patrimoniais móveis e imóveis, disciplinando as atividades de gestão de bens móveis e imóveis do Município de Conquista"*. A Administração baixou uma nova Portaria Municipal Nº 4087/2018, de 1º de Outubro de 2018, nomeando a nova comissão permanente de avaliação patrimonial do Município de Conquista e dá outras providências. Conforme informado pela Gestão de Patrimônio é periodicamente realizada a efetivação da responsabilidade pela guarda, uso e conservação de bem patrimonial mediante **Termo de Responsabilidade** (documento que retrata a responsabilidade funcional assumida pelo titular de uma unidade integrante da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Conquista ou quem este indicar, sobre os bens ou conjunto de bens patrimoniais alocados para uso da unidade administrativa), gerados e entregue para cada setor conferir e efetuar as devidas assinaturas, assumindo assim a responsabilização. **Em todo fechamento de exercício este Termo é atualizado e reemitido, conferido e assinado pelos responsáveis de cada Secretaria e pelo Gestor de Patrimônio. Neste mesmo período é atualizado e emitido os Quadros I, II e III constates no 8º. Da IN 008/2003 TCE-MG para fins de atualização e conferência, bem como a responsabilização dos Gestores.**

Atualmente a Secretaria de Administração e RH é responsável pelo controle patrimonial de todos os setores nos termos do inciso VIII, artigo 39, Lei Complementar nº. 094/2017. Orientamos para a verificação e conferência do saldo do exercício anterior consolidado com as aquisições (entradas) e alienações (saídas), ou baixa, caso houvesse no **exercício 2019**, visando apurar o saldo patrimonial existente em valores e especificação de cada um dos Bens **em 31.12.2019**. Após a entrada em vigor da Lei 094/2017 nova Estrutura Administrativa, ficou determinado por competência em seu artigo 39, inciso VIII, que a Secretaria de Administração e Recursos Humanos deverá Controlar o Patrimônio Municipal do Poder Executivo. Esta Lei criou também um cargo de Gestor de Patrimônio e Recursos Humanos, o qual já foi nomeado um servidor para exercê-lo, inclusive está sendo autorizado a participar de vários cursos de capacitação nesta área para melhor exercer as atribuições, objetivando melhor controle, segurança e proteção ao Patrimônio Público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Comunicamos ao Tribunal de Contas que em 2016 (Gestão anterior), durante a conferência dos bens existentes nas Unidades Municipais de Saúde foi detectada a falta de um Televisor de LED 40 polegadas lotado na Secretaria Municipal de Saúde e de um Monitor de Vídeo lotado na sala do PSF II. Foram realizados abertura de dois (02) processos administrativos nº. 001/2016 e 002/2016 instaurados pelas comissões nomeadas através das Portarias 3795/2016 e 3819/2016 respectivamente. **De acordo com o ofício do Departamento Jurídico enviado a esta controladoria em 27/12/2017, ficou decidido pela comissão o reconhecimento que a Secretaria Municipal de Saúde à época deverá responsabilizar pela restituição aos cofres públicos do valor dos bens, ora extraviados no período.** Durante a execução desses processos supramencionados a Controladoria alertou o Departamento Jurídico quanto aos prazos de conclusão previstos nos Estatuto, pois detectamos que estavam sendo ultrapassados os prazos previstos na legislação municipal. Recentemente o Procurador Municipal nos informou que os processos foram concluídos na instância administrativa, com a notificação dos envolvidos para ressarcimento, contudo, foi ajuizada ação judicial visando anular o processo administrativo nº. [0182.17.001103-1](#). A ex Secretária Municipal de Saúde foi inscrita em dívida ativa no Município.

De acordo com o art. 79 desta Norma de Procedimento IN 005/2018 supra, o não cumprimento de qualquer disposição desta IN ensejará a responsabilidade civil e criminal, se for o caso, a quem houver dado causa ao descumprimento, sem prejuízo da aplicação das medidas disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores do Município de Conquista e da ação para o ressarcimento de eventuais danos e prejuízos causados aos cofres públicos municipais.

1.9) – TERMO DE PARCERIA FIRMADOS E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO, AS RESPECTIVAS LEIS E O IMPACTO FINANCEIRO NO ORÇAMENTO; E

Durante o exercício **2019** este Município de Conquista MG firmou Contrato de Rateio nº. 017/2019 objetivando ratear despesas com equipes de médicos e enfermeiros, objetivando a instalação e o funcionamento de serviços **aéreo avançado** – SAAV no **CISTRISUL** – Consórcio Público Internacional de Saúde da Rede de Urgência e Emergência do Triângulo do Sul, conforme disposto na Lei Municipal nº. 1119 de 27 de junho de 2014. O impacto financeiro e orçamentário no exercício 2019 foi no montante de **R\$**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

2.281,05 (dois mil duzentos e oitenta e um reais e cinco centavos). As despesas ocorreram na conta do Fundo Municipal de Saúde na classificação funcional programática 02.06.02.10.301.0009.2035-3.3.71.70 Ficha 433.

1.10) – CUMPRIMENTO, DA PARTE DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DO MUNICÍPIO, DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES, POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (SICOM), NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º. E DO CAPUT DO ART. 5º., AMBOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 10, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Conforme histórico das transmissões no módulo Instrumento de Planejamento do Poder Executivo (exercício 2019), o envio válido foi realizado dentro do prazo estabelecido no artigo 4º. da Instrução Normativa 010/2011. Todas as transmissões do módulo Acompanhamento Mensal foram realizadas dentro do prazo estabelecido no artigo 5º. da Instrução Normativa 010/2011, ou de acordo com as prorrogações dos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

5.- CONCLUSÃO:

A obrigatoriedade de prestar contas está expressa no parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a sua fiscalização será exercida pelo Controle Externo e pelo Sistema de Controle Interno de cada poder. A previsão constitucional do instituto da prestação de contas dá a exata dimensão de sua importância, representando um dos principais instrumentos de accountability do uso de recursos públicos junto à sociedade. Para seu funcionamento, os Órgãos Públicos são financiados pela sociedade, o que torna os cidadãos os principais beneficiários dos resultados a serem gerados pela sua atuação.

Entende esta Controladoria que muitos treinamentos serão necessários por parte dos órgãos de controle externo, associações de municípios, confederações e etc, devido às várias mudanças nas normas e na legislação que estamos vivenciando, pois conforme muito bem colocado na publicação do TCE MG no



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

dia 22/03/2019 link, (<https://www.tce.mg.gov.br/Papa-enaltece-acao-dos-TCs.html/Noticia/111162358>), *a averiguação rigorosa das despesas por parte da magistratura contábil, de um lado, e a atitude correta e límpida dos responsáveis pela coisa pública, de outro lado, podem frear a tentação de gerir os recursos de modo incauto e para fins de clientelismo.* Deve ainda a Gestão buscar o fortalecimento e observar com rigor a **compliance** que é o conjunto de disciplinas e regras para fazer cumprir as normas legais e regulamentares.

Dentro das nossas limitações técnicas procuramos realizar nossos trabalhos de forma prévia, concomitante e subsequente durante o exercício em referenda, nos setores internos da Prefeitura Municipal de Conquista Estado de Minas Gerais, visando à obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração e ao atendimento à legislação e normas vigente, com objetivo de impedir erros, fraudes ou ações que possam comprometer a segurança ao erário.

Em 2019, esta Administração procurou manter o equilíbrio das Contas Públicas e efetuar a aplicação dos índices constitucionais, conforme verificado nos demonstrativos da execução da Receita, Despesa, Disponibilidade Financeira e Restos a Pagar.

A Controladoria Geral, constitucionalmente e municipalmente, não está credenciada para fazer julgamentos, nem aplicar penalidades ou sanções aos agentes públicos, cabendo esta função ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário. Mas se suas determinações forem seguidas, certamente evitarão à condenação dos agentes públicos e dos servidores em geral, nessas instâncias. A sua existência não está condicionada à vontade do Administrador, mas o seu funcionamento e aceitação têm que ser geral, pois, sozinho não corrige, tem que haver vontade coletiva.

Desta forma, podemos afirmar que o foco no resultado e na segurança dos controles internos tem permitido que as **ações** do Órgão de Controle Interno contribuam diretamente para a melhoria na segurança da gestão governamental. Assim, este Relatório exibiu a atender, além da exigência da Instrução Normativa do TCE-MG em epígrafe, os mandamentos legais relacionados ao Controle Interno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Considerações Finais

Diante do exposto neste relatório, concluímos que os procedimentos sugeridos pela Controladoria trouxeram grande ajuda para a municipalidade, especialmente nos processos licitatórios e nos registros contábeis. A Prefeitura Municipal já dispõe de um novo Portal Web que se encontra disponível no endereço www.conquista.mg.gov.br, que tem por objetivo ampliar a transparência nas ações governamentais, facilitar o acesso público das informações e atender sistematicamente às Leis 131/2009 e 12.527/2011. No desenvolver das atividades, ao verificar alguma ineficiência operacional, será feita notificação oficial aos responsáveis solicitando a sua regularização.

Examinamos os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos, técnicas utilizadas e no limite dos nossos entendimentos técnicos, concluímos que os que **estiveram em nossos conhecimentos**, estão devidamente adequados e aderentes às orientações do órgão controlador, e encontram-se em condições de ser submetidos à apreciação desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Com a apresentação deste relatório e das demonstrações contábeis relativas ao período em análise (janeiro a dezembro) 2019, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas, qual seja a apresentação da Prestação de Contas de responsabilidade do Poder Executivo da cidade de Conquista – Minas Gerais, em atendimento ao disposto no artigo 2º., Anexo I da Instrução Normativa **04/2017 TCE/MG** e a Lei 101/2000.

Este é o relatório, *salvo melhor juízo*.

Ângelo Tizo Roncolato Junior

CONTROLADOR INTERNO

CPF 001.987.256-98

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA – MG

Praça Cel. Tancredo França, 181

Fone: (034) 3353 1227 Ramal 206

E-mail: controladoria@conquista.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Site: www.conquista.mg.gov.br

“A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento.”

PARECER CONCLUSIVO

A obrigatoriedade de prestar contas está expressa no parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a sua fiscalização será exercida pelo Controle Externo e pelo Sistema de Controle Interno de cada poder. A previsão constitucional do instituto da prestação de contas dá a exata dimensão de sua importância, representando um dos principais instrumentos de accountability do uso de recursos públicos junto à sociedade. Para seu funcionamento, os Órgãos Públicos são financiados pela sociedade, o que torna os cidadãos os principais beneficiários dos resultados a serem gerados pela sua atuação.

Entende esta Controladoria, que muitos treinamentos serão necessários por parte dos órgãos de controle externo, associações de municípios, confederações e etc, devido às várias mudanças nas normas e na legislação de regência que estamos vivenciando, pois conforme muito bem colocado na publicação do TCE MG no dia 22/03/2019 link (<https://www.tce.mg.gov.br/Papa-enaltece-acao-dos-TCs.html/Noticia/111162358>), *a averiguação rigorosa das despesas por parte da magistratura contábil, de um lado, e a atitude correta e límpida dos responsáveis pela coisa pública, de outro lado, podem frear a tentação de gerir os recursos de modo incauto e para fins de clientelismo.* Deve ainda a Gestão buscar o fortalecimento e observar com rigor a **compliance** que é o conjunto de disciplinas e regras para fazer cumprir as normas legais e regulamentares.

De acordo com as nossas limitações técnicas e hierárquica procuramos realizar nossos trabalhos de forma prévia, concomitante e subsequente durante o exercício em referenda, nos setores internos da Prefeitura Municipal de Conquista Estado de Minas Gerais, visando à obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

administração e ao atendimento a legislação vigente, com objetivo de impedir erros, fraudes ou ações que possam comprometer a segurança ao erário.

Em 2019, esta Administração procurou manter o equilíbrio das Contas Públicas, a manter os serviços essenciais, manter os pagamentos dos servidores, fornecedores e prestadores de serviços em dia, e efetuar a aplicação dos índices constitucionais legais, conforme verificado nos demonstrativos da execução da Receita, Despesa, Disponibilidade Financeira e Restos a Pagar. Atualmente a Administração está realizando um importante investimento em Segurança Pública com a implantação de várias Câmeras de Monitoramento em pontos estratégicos da cidade.

A Controladoria Geral, constitucionalmente e municipalmente, não está credenciada para fazer julgamentos, nem aplicar penalidades ou sanções aos agentes públicos, cabendo esta função ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário. Mas se suas determinações forem seguidas, certamente evitarão à condenação dos agentes públicos e dos servidores em geral, nessas instâncias. A sua existência não está condicionada à vontade do Administrador, mas o seu funcionamento e aceitação têm que ser geral, pois, sozinho não corrige, tem que haver vontade coletiva.

Desta forma, podemos afirmar que o foco no resultado e na segurança dos Controles Internos tem permitido que as **ações** do Órgão de Controle Interno contribuam diretamente para a melhoria da gestão governamental. Assim, este Relatório exibiu a atender, além da exigência da Instrução Normativa do TCE-MG em epígrafe, os mandamentos legais relacionados ao Controle Interno.

Nesses termos manifesta esta Controladoria pela emissão de **Parecer pela Aprovação das Contas**, tendo em vista que a Administração Municipal de Conquista buscou a manter o equilíbrio, a responsabilidade fiscal e a transparência pública, com observância nas recomendações emitidas pela Controladoria e, com monitoramento pelo E. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. *(grifamos.)*

Considerações Finais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA INTERNA

Diante do exposto neste relatório, concluímos que os procedimentos sugeridos pela Controladoria trouxeram grande ajuda para a Gestão e a Municipalidade. A Prefeitura Municipal já dispõe de um novo Portal Web que se encontra acessível no endereço eletrônico www.conquista.mg.gov.br, e que tem por objetivo ampliar a transparência nas ações governamentais, facilitar o acesso público das informações e atender sistematicamente às Leis 131/2009 e 12.527/2011. No desenvolver das atividades, quando detectada ineficiência operacional, fazemos notificação oficial aos responsáveis solicitando a sua regularização.

Examinamos os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos, técnicas utilizadas e no limite dos nossos entendimentos técnicos, concluímos que os que **estiveram aos nossos conhecimentos**, estão devidamente adequados e aderentes às orientações do Órgão Controlador, e encontram-se em condições de ser submetidos à apreciação desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Com a apresentação deste relatório e das demonstrações contábeis relativas ao período em análise (janeiro a dezembro) 2019, a Controladoria Geral do Município cumpre uma das suas tarefas, qual seja a apresentação da Prestação de Contas de responsabilidade do Poder Executivo da cidade de Conquista – Minas Gerais, em atendimento ao disposto no artigo 2º., Anexo I da Instrução Normativa **04/2017 TCE/MG** e a Lei 101/2000.

Este é o relatório, *salvo melhor juízo*.

DATA BASE 31.12.2019

Ângelo Tizo Roncolato Junior

CONTROLADOR INTERNO

CPF 001.987.256-98

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA – MG

Praça Cel. Tancredo França, 181

CEP-38.195.000

Fone: (034) 3353 1227 Ramal 206

E-mail: controladoria@conquista.mg.gov.br

Site: www.conquista.mg.gov.br

“A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento.”